

Análise das Interações da Audiência Pública da CCT sobre a Criminalização da Má Conduta Científica – 24/09/2025 - Gerado por IA

Este relatório apresenta uma análise das **91 participações dos cidadãos** na audiência pública promovida pela Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação e Informática (CCT) em 24/09/2025, sobre o Projeto de Lei 330/2022, que propõe tornar a má conduta científica um crime. O objetivo é fornecer aos senadores uma visão geral das principais preocupações, opiniões e sugestões expressas pelo público, visando auxiliar na avaliação da proposta.

O conteúdo foi gerado por inteligência artificial com base nas interações dos cidadãos neste evento. Ele apresenta uma análise automatizada das principais opiniões, preocupações e temas debatidos, buscando oferecer um panorama geral das discussões.

Ressaltamos que, embora tenha passado por revisão humana, este relatório pode conter imprecisões ou interpretações que não reflitam integralmente o contexto das interações. Caso identifique informações que necessitem de correção ou ajuste, pedimos que entre em contato pelo [Fale Conosco](#).

Este documento não representa posicionamento oficial e não substitui análises detalhadas realizadas por especialistas.

Total de participações: 91

Temas principais:

- 1. Riscos à Liberdade de Pesquisa e Autonomia Universitária (35%):** A principal preocupação dos cidadãos é que a criminalização da má conduta científica crie um ambiente de medo, intimidação e censura no meio acadêmico. Muitos temem que a lei possa inibir pesquisas inovadoras e de risco, além de ser utilizada como ferramenta para perseguição política e ideológica. A autonomia das universidades e a própria natureza do processo científico, que admite erros, seriam ameaçadas.
Exemplo: “A criminalização da má conduta científica pode ameaçar a

liberdade de pesquisa, como equilibrar ética e autonomia acadêmica?”

(Raissa D. - MT)

2. **Necessidade de Definições Claras e Critérios Objetivos (25%):** Uma parcela expressiva das participações aponta a vagueza e a falta de uma definição clara do que seria "má conduta científica" no texto do projeto. Os cidadãos pedem critérios objetivos que permitam diferenciar o erro genuíno, parte natural da ciência, da fraude deliberada e intencional. Há um receio de que, sem essa distinção, pesquisadores possam ser penalizados injustamente.
- Exemplo:** *“Como definir “má conduta científica” de forma clara, técnica e sem deixar espaço para perseguição ideológica?”* (Ronysi M. - ES)

3. **Alternativas à Criminalização e Fortalecimento de Mecanismos Existentes (16%):** Muitos participantes argumentam que a esfera penal não é o caminho mais adequado para lidar com desvios éticos na ciência. As sugestões apontam para o fortalecimento e a valorização de mecanismos de autorregulação já existentes, como os comitês de ética em pesquisa das universidades, as agências de fomento e a aplicação de legislações que já tratam do tema.

Exemplo: *“Como fortalecer mecanismos internos de Integridade Científica antes da adoção de medidas penais de caráter restritivo?”* (Alan B. - TO)

4. **Abrangência, Impacto Social e Apoio à Proposta (13%):** Este tema engloba questionamentos sobre o alcance da lei, como sua aplicação a influenciadores digitais que disseminam desinformação científica, e o uso de inteligência artificial em pesquisas. Também inclui manifestações de apoio à criminalização, defendendo que a medida é necessária para assegurar a responsabilidade, a integridade e a confiança da sociedade na ciência.
- Exemplo:** *“É necessário criminalizar aqueles que vão contra as evidências científicas.”* (Marcia E. - RS)

5. **Processo de Fiscalização, Punição e Garantias Legais (11%):** As preocupações sobre os aspectos práticos da implementação da lei também

foram levantadas. Os cidadãos questionaram sobre quais órgãos seriam responsáveis pela fiscalização e pelo julgamento, como seriam assegurados o direito ao contraditório e à ampla defesa, e a proporcionalidade das sanções previstas.

Exemplo: “*Esses crimes seriam investigados por qual tipo de polícia?*”

(Izabela P. - PE)

Em conclusão, a audiência pública revelou uma preocupação predominante dos cidadãos com os potenciais impactos negativos do PL 330/2022. O debate centralizou-se na tensão entre a necessidade de coibir fraudes e o risco de ameaçar a liberdade de pesquisa e a autonomia universitária. Temas recorrentes incluíram a falta de uma definição clara para "má conduta", a importância de distinguir erro de dolo e a preferência pelo fortalecimento de mecanismos de autorregulação em vez da criminalização, refletindo uma posição majoritariamente cautelosa em relação ao projeto.

Todas as perguntas e comentários do público no evento estão disponíveis na página:

<https://www12.senado.leg.br/ecidadania/visualizacaoaudiencia?id=35746>